



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS, PORTUÁRIOS AVULSOS E COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NOS PORTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SUPORT-ES, DO SINDICATO DA GUARDA PORTUÁRIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SINDGUAPOR-ES E O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – AQUASIND, EM CONTINUIDADE ÀS ASSEMBLEIAS REALIZADAS NO 05/03/2018, 31/08/2018, 19/10/2018, 30/10/2018 REALIZADA NO DIA CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO, NO AUDITÓRIO DO SUPORT- ES.

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, no auditório do SUPORT-ES, situado na Rua Duque de Caxias, nº 121, Edifício Juel, 4º andar, sala 404, Centro, Vitória – ES, com início às 17:00min em segunda convocação, reuniram-se em assembléia, diretores do SUPORT-ES, SINDGUAPOR E AQUASIND e os empregados do CODESA, para analisarem, discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos:

01- Data Base (cláusula econômica) e; 02- deliberação da data de greve: Aberta a assembleia, o presidente do Suport-ES, Ernani Pereira Pinto diz que dias difíceis estariam por vir, visto cenário político formado após 2014. Lembra da dificuldade de negociação no TST em acordos de ultra-atividade dos avulsos e de terceirização por conta de manobra do Dr. Gilmar Mendes que atrapalhou as negociações. Lembra das derrotas dos trabalhadores que levaram a um retrocesso dos ganhos sociais e que muitos que hoje usufruem desses ganhos não querem lutar para manter estas vitórias. O presidente do Sindguapor, José Maria Castro lembra que foi aprovado na última assembléia, uma proposta de 4,23% retroagindo a maio de 2018 e que o SEST não aprovou. Agora, informa que o SEST aprovou os 4,23% com retroatividade a setembro de 2018. Lembra que é revoltante, mas sugere uma reflexão para o sugerido cenário futuro, indicando que é necessário, avaliar se aceitamos ou não a proposta. Propôs ainda, pela necessidade de recuar neste momento, acatando a proposta e imediatamente após, passar a focar quanto à questão da privatização e estadualização. Ernani P. Pinto diz observar a existência de um individualismo quando se trata de discussão de cláusulas trabalhistas, onde muitos não pensam no bem coletivo. Lembra que o governo está propondo privatizações em todas as áreas. Thiago Nespoli indica que pelo cenário, não seria interessante fazer a greve neste momento e que deveríamos focar na questão da privatização.



Moacir Cordeiro diz que a situação está complicada e que devemos fechar o acordo e se futuramente pudermos, que se entre na justiça para reaver as perdas econômicas. José M. Castro lembra que é um ganho não perder. Ernani P. Pinto conta do acordo do RN, onde foi negociado o empréstimo de férias e o Plano de Saúde. Comenta que a dificuldade deste presidente se dá por conta da falta de margem de negociação por ter fechado o acordo por 02 anos. Ernani P. Pinto lembra que os sindicatos estão discutindo a estadualização, pois as vozes do governo garantem que, "ou o Porto é privatizado ou é estadualizado". Solicitando que os trabalhadores participem de um fórum de discussão. Tinoco expõe dificuldade de decidir qual melhor caminho, sendo que em havendo a estadualização, que não haja ingerência política, priorizando pela gestão por meritocracia. Pós-fechamento das falas foi aberta a votação e deliberado pela aceitação da proposta, e encaminhamento de carta resposta a Codesa, sendo estas: **01- Data Base (cláusula econômica)**- Aceita a proposta sendo que o reajuste e a retroatividade devem incidir sobre todas as cláusulas econômicas; **02- deliberação da data de greve**- Não houve agendamento da data de greve, no entanto, foi deliberado pela permanência da assembleia "em aberto", até a assinatura do Termo Aditivo referente à Cláusula Econômica do Acordo Coletivo 2017/2019.

Vitória - ES, 05 de Dezembro de 2018.



Ernani Pereira Pinto
Presidente da Mesa



Wagner Catane Vitor
Secretário da Mesa